

Recomendação n° 25:
sobre o Plano de conservação dos recursos de pesca e ecossistemas marinhos protegidos

Considerando a consulta pública da Comissão Europeia sobre o futuro Plano de Ação para Conservar os Recursos da Pesca e proteger os Ecossistemas Marinhos, o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP), recomenda que se considerem as especificidades das Regiões Ultraperiféricas (RUPs), quer relativamente ao continente Europeu, quer muitas vezes entre si, considerando que a pressão que exercem sobre o meio marinho através da sua pesca de pequena escala, difere em larga medida da exercida em outras regiões ou por embarcações de outras regiões que pescam nas suas águas. Assim, emitimos as seguintes opiniões:

Conciliar a utilização de artes de pesca de contacto com o fundo marinho, com os objetivos de biodiversidade:

RUPs Francesas:

Consideram que não se deve discriminar as artes de pesca utilizadas, mas sim o impacto da sua utilização dependendo da: natureza dos componentes, volume de capturas, áreas de pesca e tipo de espécies capturadas, ou seja, o assunto das interações das artes de pesca com o meio ambiente, não pode advir de uma lógica simplista, devendo ser objeto de uma análise de caso a caso, com dados robustos e cientificamente fundamentados, e considerando os impactos socioeconómicos. Ou seja, consideram que é possível conciliar a utilização de artes de pesca de contacto com o fundo marinho e atingir os objetivos da biodiversidade.

Açores:

Consideram que sendo o palangre de fundo uma arte de pesca que contacta com o fundo marinho e que, aquando da sua utilização ocorrem capturas acidentais de algumas espécies de tubarões de profundidade, está a decorrer desde 2020 o projeto *SOS TubaProf*,

cujo objetivo é recolher mais dados sobre as capturas dos tubarões de profundidade e avaliar se as suas capturas acessórias são sustentáveis e ainda formas de mitigação destas capturas. A implementação deste projeto nos Açores, permite conhecer novas formas de atenuar os impactos ecológicos e económicos, e assegurar a sustentabilidade das espécies e das atividades da pesca. Este projeto é realizado em parceria entre investigadores e pescadores.

Ou seja, através deste projeto pretende-se conciliar a pesca em profundidade, preservando a biodiversidade.

Transição para técnicas de pesca mais seletivas e menos nocivas

RUPs Francesas:

Considerando a proposta de proibição das redes de emalhar na UE, devemos recordar que esta prática é utilizada maioritariamente na pequena pesca costeira das RUPs ou nos estuários, não tendo grande impacto nos recursos.

Açores:

O Regime de apoio ao abate voluntário de artes de pesca menos seletivas, nomeadamente, redes de emalhar costeiras e armadilhas, foi estabelecido como uma medida de gestão do esforço de pesca.

Os tamanhos dos anzóis e da malha das redes foram também alterados, tornando a pesca mais seletiva.

Desde 2005 que as redes de arrasto são proibidas nos Açores, protegendo as comunidades de corais e outros habitats importantes do mar profundo. Esta medida é um bom exemplo de preservação dos recursos.

Canárias:

As artes de pesca utilizadas nas Ilhas Canárias são do tipo artesanal e foram adaptadas e modeladas segundo as espécies alvo a explorar. A questão das capturas indesejadas deve ser resolvida relativamente a todas as artes utilizadas. No entanto, sugerem as seguintes abordagens para as artes:

Palangre de fundo: Utilização de materiais com resistência limitada e associados às espécies alvo: não utilizar estralhos de alta resistência ou de aço que impeçam a libertação de

tubarões de profundidade.

Armadilhas: Utilização de materiais biodegradáveis para que, em caso de perda, não sejam "pesca fantasma" durante muito tempo.

Para evitar a captura de espécies indesejadas, seria fundamental dispor-se de um manual de boas práticas para os pescadores profissionais e recreativos.

O CCRUP defende que já se pratica uma pesca seletiva e pouco nociva, nas RUPs.

Proteção de 65% dos habitats dos fundos marinhos, no âmbito da Diretiva Habitats

Açores:

Os Açores têm um ecossistema marinho, caracterizado por uma estreita ou ausente plataforma continental, por abundantes áreas abissais, com profundidades médias de 3000m, por bancos e montes submarinos. Os fundos marinhos são constituídos por habitats de corais e esponjas, e também, fontes hidrotermais. A proibição da pesca de arrasto, protege estes habitats.

A atual implementação de áreas marinhas protegidas na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores contribui para a proteção dos habitats dos fundos marinhos.

Canárias:

As Áreas Marinhas Protegidas (AMP) são uma excelente ferramenta para a gestão e conservação da biodiversidade, habitats e recursos, e geram benefícios socioeconómicos que, com outras medidas estratégicas, são difíceis de atingir. Recomenda-se a implementação e a capacitação das AMP nas Ilhas Canárias no âmbito da gestão costeira integrada, nomeadamente:

- planeamento, definição e conceção, adaptando-as aos conhecimentos atuais e características das Ilhas Canárias, potenciando sempre qualquer figura de proteção do habitat marinho e protegendo os recursos existentes no seu seio;
- promoção da sua gestão participativa coordenada;
- desenvolvimento de um protocolo específico de investigação multidisciplinar, com a participação coordenada de diferentes instituições de investigação e gestão;

- reforço dos processos participativos e da ação coletiva na conceção e gestão dos referidos espaços, assim como dos canais de difusão.

Não é possível garantir a biodiversidade nestes espaços marinhos sem uma gestão diária de vigilância, controlo e gestão sustentável da exploração dos seus recursos que existem nos seus limites.

O projecto LIFE+ INDEMARES, as zonas protegidas pela Rede natura 2000 e a lei espanhola Lei 41/2010, de 29 de dezembro, sobre a proteção do meio marinho, permitem que as ZEC marinhas possam fazer parte, em conjunto com outros espaços protegidos de nível internacional, comunitário, nacional ou regional, da Rede de Áreas Marinhas Protegidas de Espanha (RAMPE).

O CCRUP defende a proteção do substrato marinho, por ser um dos principais sumidouros de carbono e pela elevada importância na estabilidade das unidades populacionais das espécies marinhas, nomeadamente as de profundidade, **mas na condição destas áreas permanecerem abertas para a pesca e que as implementações de quaisquer restrições, tenham sempre em consideração a opinião do sector da pesca.**

Capturas acidentais de mamíferos marinhos, répteis marinhos, aves marinhas e outras espécies sensíveis.

Guyana Francesa:

Para evitar a captura de tartarugas marinhas, golfinhos e tubarões-serra, na Guyana Francesa desenvolveu-se o Projeto PALICA (*Pêcheries Actives pour la Limitation des Interactions et des Captures Accidentelles*), que visa limitar as capturas acidentais destes animais. PALICA com o intuito de avaliar e desenvolver as capacidades técnicas, tecnológicas e logísticas da pesca artesanal costeira com redes de emalhar, a fim de reduzir as capturas acessórias de espécies protegidas

Açores:

Desde 1998 que está ser implementado o Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA), que utiliza observadores a bordo das embarcações atuneiras da região, com o propósito de assegurar a ausência de mortalidade de cetáceos, durante as capturas de atuns.

Este programa certifica as pescarias açorianas com o selo *Friend of the Sea*, pois considera-as como uma atividade sustentável e amiga do ambiente, que não pratica a sobre-exploração dos recursos, nem danifica os ecossistemas associados. Além disso, o POPA é fundamental para os Açores, uma vez que proporciona a maior base de dados da Europa, sobre a pescaria de atum com salto e vara, permitindo ainda a recolha de dados sobre: espécies de profundidade, cetáceos, tartarugas e aves marinhas, variáveis abióticas e lixo marinho.

Canárias:

Os pescadores das Ilhas Canárias cuidam de forma positiva da sua interação com aves marinhas e cetáceos, porque, com frequência, estas espécies ajudam-nos a procurar o atum.

Assim, considerando que **as RUP utilizam sobretudo artes de pesca sustentáveis e seletivas, há poucas capturas acidentais de mamíferos e aves marinhas.**

No entanto, **o CCRUP considera que a implementação de programas de observadores a bordo das embarcações de pesca, são uma boa ferramenta para a obtenção de dados e mitigação da mortalidade de aves e mamíferos marinhos, associada à atividade pesqueira.**

Áreas de encerramento à pesca

Considerando que as áreas de encerramento à pesca condicionam a captura de recursos pesqueiros, comprometendo a estabilidade social e económica do setor da pesca, o CCRUP considera que, apesar de poderem ter alguns benefícios, **o estabelecimento destas áreas deve ser sempre acordado entre os pescadores, investigadores e governos, para garantir que estas áreas são eficazes não só para o meio marinho, bem como para as comunidades piscatórias costeiras, que delas dependem para viver.**

Alterações nas artes de pesca

RUPs Francesas:

As RUPs francesas têm especificidades ambientais, socioeconómicas, geográficas e culturais que, por vezes tornam a aplicação das medidas europeias muito complexas, devido

às diferentes pressões e artes de pesca praticados, que são muito diferentes dos da europa continental.

Açores:

Defendem que as atuais restrições existentes nesta região são suficientes e a sua implementação tem sido bem-sucedida, não havendo necessidade de sofrerem mais alterações.

O CCRUP não considera a necessidade de proceder a mais alterações nas artes de pesca utilizadas nas RUPs, pois já as consideramos como sendo sustentáveis.

Medidas de mitigação para reduzir impactos adversos em habitats e espécies sensíveis

RUPs Francesas:

O problema da poluição por clordecona nas Antilhas, deve ser considerada em futuras medidas de gestão, devido às diversas consequências desta poluição, na qualidade do ecossistema marinho.

Açores:

Consideram que a proibição da pesca por arte de arrasto na sua região, é uma medida positiva para a preservação de habitats e espécies sensíveis.

De entre as várias medidas implementadas no sector pesqueiro dos Açores, permitindo que o ecossistema marinho se mantenha saudável e a pesca sustentável, a implementação de totais admissíveis de captura (TAC), períodos de defeso, tamanhos mínimos e a existência de quotas poderia ser relevante para algumas das espécies da região.

Propõem uma maior monitorização da atividade nas Áreas Marinhas Protegidas já implementadas, para verificar a sua eficácia.

No geral, as RUPs defendem a necessidade de aumentar os meios de fiscalização no combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, como a principal medida de mitigação dos impactos da pesca em habitats e espécies sensíveis.

O CCRUP recomenda que a CE deve prosseguir com a política da regionalização, adaptando as medidas a cada RUP, evitando a implementação de regras com forte impacto socioeconómico, na pequena pesca costeira.